

HABEAS CORPUS Nº 527.642 - PE (2019/0243387-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : RICARDO DE ALBUQUERQUE DO REGO BARROS NETO E OUTROS
ADVOGADOS : ADEILDO NUNES - PE008914
PLÍNIO LEITE NUNES - PE023668
CAROLINE DO REGO BARROS SANTOS - PE032753
RICARDO DE ALBUQUERQUE DO REGO BARROS NETO - PE030937
CLARISSA DO REGO BARROS NUNES - PE038823
BRUNO DE ALMEIDA PAIVA - PE047869
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : EDUARDO MEDEIROS FERREIRA CARVALHO DE ACIOLI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de **EDUARDO MEDEIROS FERREIRA CARVALHO DE ACIOLI**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 339 do Código Penal (denúnciação caluniosa).

Irresignada, a d. Defesa impetrou **habeas corpus** na origem, o qual teve a sua ordem **denegada**, nos termos do v. acórdão assim ementado (fls. 63-75):

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 339 DO CÓDIGO PENAL. DENÚNCIA RECEBIDA. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA PEÇA ACUSATÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. DENÚNCIA QUE ATENDE ÀS DIRETRIZES DO ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONDUTA DELITUOSA IMPUTADA AO PACIENTE SATISFATORIAMENTE DESCRITA A POSSIBILITAR O EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA. ARGUMENTO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA POR AUSÊNCIA DE DOLO. NÃO OCORRÊNCIA PELO EXAME SUPERFICIAL DAS PEÇAS PROCESSUAIS TRAZIDAS AOS AUTOS. DECISÃO QUE REJEITA

PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA NÃO DEMANDA MOTIVAÇÃO EXAURIENTE. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - O entendimento jurisprudencial sedimentado é de que, em sede de habeas corpus, o trancamento da ação penal é medida excepcional, somente admitida quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, quando estiver extinta a punibilidade por qualquer das causas elencadas no artigo 107 do Código Penal ou quando inexistir indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito, com o destaque de que, na via estreita do writ, é defeso a análise aprofundada das provas.

II - A peça inaugural acusatória expõe o fato delituoso imputado ao paciente com todas as suas circunstâncias, bem como a qualificação do paciente e a classificação do crime, atendendo, desse modo, às diretrizes do artigo 41 do Código de Processo Penal, mostrando-se apta a possibilitar a compreensão da acusação que recai sobre ele, viabilizando o direito de defesa, pelo que não se há falar em inépcia, tal como levantado pelos impetrantes com amparo no artigo 395, inciso I, do Código de Processo Penal.

III - Quanto à alegação de atipicidade por ausência de dolo, pelos elementos trazidos aos autos, em análise superficial do caso que autoriza a presente via mandamental não é possível concluir, de plano, pela ausência de elemento volitivo na suposta conduta praticada pelo paciente que permita a interrupção da ação penal.

IV - No que pertine ao pedido subsidiário dos impetrantes de nulidade da decisão que ratificou o recebimento da denúncia, constata-se dos autos que, por ocasião do oferecimento de resposta à acusação, os impetrantes sustentaram a inépcia da denúncia e a atipicidade por ausência de dolo da conduta atribuída ao paciente e, na decisão combatida, o togado monocrático apreciou satisfatoriamente a tese de inépcia da denúncia e, quanto às demais questões, registrou que faria o exame em momento oportuno, não padecendo a decisão de qualquer vício.

V - O Superior Tribunal de Justiça, na linha do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem entendimento consolidado de que as decisões que recebe a denúncia e a que rejeita o pedido de absolvição sumária não demandam motivação profunda ou exauriente em vista da natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito.

VI - Ordem denegada."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa busca o trancamento da ação penal.

Sustenta inépcia da denúncia, em razão de não ter narrado o nexo de causalidade com a intenção de prejudicar a Sra. Adrielly Cristina.

Aduz a ausência de indícios de autoria, em especial, porque o paciente não estava ciente da inocência do imputado e o crime em comento não admite dolo superveniente, além de exigir que a imputação seja objetiva e subjetivamente falsa.

Alega que a decisão de recebimento da denúncia, sem fundamentação adequada, ratificou a ilegalidade, razão pela qual deve ser anulada, **ex vi** o art. 396-A do Código de Processo Penal.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para *"suspender o curso da ação penal nº 0004373-77.2019.8.17.0001 [...] seja CONCEDIDA a presente ordem de Habeas Corpus para determinar o trancamento da ação penal em relação ao crime previsto no art. 339, caput, do Cód. Penal por inépcia da denúncia ou por manifesta atipicidade da conduta. Alternativamente, seja concedida a ordem para reconhecer e declarar a nulidade da decisão que genericamente ratificou o recebimento da denúncia em clara ofensa ao art. 396-A do Cód. de Processo Penal"* (fl. 22).

Pedido de sustentação oral à fl. 3.

O pedido liminar foi **indeferido** (fls. 80-83).

Informações prestadas, às fls. 90-121 e 124-136.

O d. Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 138-144, pela **denegação da ordem**, em r. parecer de seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA E ANULAÇÃO DA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que "eventual inépcia da denúncia só pode ser acolhida quando

demonstrada inequívoca deficiência a impedir a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa do acusado, ou na ocorrência de qualquer das falhas apontadas no art. 43 do CPP" (RHC 18.502/SP, 5.^a Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 15/05/2006).

2. No caso concreto, como bem ressaltado na decisão recorrida, o Ministério Público descreveu de modo satisfatório a conduta criminosa imputada ao paciente, indicou as datas da ocorrência dos fatos, o modo como eram praticadas e suas circunstâncias, e procedeu à classificação do crime.

3. Ademais, o trancamento da ação penal em sede de habeas corpus é medida excepcional, só admitida quando provada, inequivocamente, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade da conduta, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade, ou, ainda, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

4. O pedido de absolvição sumária também não deve ser provido. Assim como afirmado no acórdão, há elementos nos autos que indicam o dolo do paciente. Ademais, a possibilidade de absolver sumariamente o paciente do crime de denúncia caluniosa que lhe foi imputado depende de revisão das provas colacionadas aos autos, o que não é permitido na via estreita do habeas corpus.

5. O pedido de anulação da decisão que ratificou o recebimento da denúncia também não deve ser atendido. O Juiz de Direito apreciou satisfatoriamente a tese de inépcia da denúncia e, quanto às demais questões, registrou que faria o exame em momento oportuno, não padecendo, a meu ver, a decisão de qualquer vício.

- Parecer pela denegação da ordem."

É o relatório. **Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia

do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso ordinário.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Pretende o impetrante, em síntese, o trancamento da ação penal pela **a) inépcia da denúncia; b) atipicidade da conduta; c) falta de materialidade para sustentar a acusação; e d) ausência de fundamentação da decisão de recebimento da acusatória.**

Consigne-se, **ab initio**, que o trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, **de plano**, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, **inépcia da exordial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova de materialidade.**

Em relação à suposta inépcia da exordial acusatória, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal, a referida peça deve descrever o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, bem como a qualificação do acusado e a classificação do crime, **in verbis**: "*Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.*"

No caso, da denúncia acostada, às fls. 27-29, verifica-se que narrou suficientemente os fatos, em respeito aos preceitos do artigo supracitado.

Verifica-se, da leitura da narrativa constante da inicial acusatória, que o d. Ministério Público descreveu adequadamente os fatos criminosos, em tese, cometidos pelo paciente, com todas as suas circunstâncias, **inclusive**

evidenciando a tipicidade da conduta.

No caso presente, pode-se dizer que a exordial acusatória descreveu os fatos criminosos, em tese, praticados, individualizando as condutas de forma até mesmo exaustiva para a complexidade da causa, assim, compatível com a fase processual, além de adequada a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.

É o quanto basta, **não havendo falar em inépcia da peça inaugural.**

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. DESCRIÇÃO SUFICIENTE A PROPORCIONAR O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. JUSTA CAUSA. PROVAS INDICIÁRIAS SUSCITADAS NA DENÚNCIA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. O trancamento da ação penal na via estreita do habeas corpus somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

2. Preceitua o art. 41 do CPP: a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

3. No caso, a conduta delitiva descrita na denúncia obedece aos ditames da citada norma, ao descrever, de forma clara, não só o fato delituoso, como também as condições de tempo e lugar, a qualificação do acusado e a descrição do tipo penal na norma penal em branco e na complementar, elementos que permitem o exercício da ampla defesa.

4. Outrossim, de acordo com a peça exordial acusatória, há indícios mínimos de autoria, à medida que nela está exposto que o acusado não só era gerente administrador da empresa, como também que havia ficado apurado na investigação que fiscais da Agência Nacional do Petróleo apreendera vários recipientes impróprios para a comercialização.

5. Portanto, para desconstituir tais constatações, seria necessária a análise pormenorizada dos fatos, ensejando revolvimento de provas, incompatível com o rito sumário do habeas corpus.

6. Recurso ordinário em habeas corpus improvido" (RHC n. 93.732/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 18/04/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CARACTERIZADA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PERSECUÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado, de plano e sem necessidade de dilação probatória, a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade. É certa, ainda, a possibilidade de trancamento da persecução penal nos casos em que a denúncia for inepta, não atendendo o que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal - CPP, o que não impede a propositura de nova ação desde que suprida a irregularidade.

3. No caso em comento, a denúncia traz a devida qualificação dos acusados, descreve de forma suficiente as condutas delituosas perpetradas pelos supostos agentes, que, em tese, configuram crimes (artigos 157, caput, 158, caput, 288, parágrafo único, 316, caput, c/c os artigos 29 e 69, todos do CP), e, ao revés do alegado nas razões recursais, não faz imputações genéricas, traz, outrossim, relação de testemunhas, pelo que se mostra em conformidade com o comando pertinente Estatuto Processual Penal, de modo a permitir o exercício da ampla defesa.

[...]

5. Nesse contexto, não há, na hipótese, constrangimento ilegal passível de correção, não merecendo prosperar a irresignação no que se refere ao trancamento prematuro da persecução penal por inépcia da denúncia posto descritos fatos e circunstâncias necessários ao exercício do pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo descabido o nível de detalhamento perseguido, por somente se mostrar viável durante a instrução processual.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 131.085/CE,

Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe de 13/04/2018, grifei).

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. FRAUDE PROCESSUAL E CORRUPÇÃO ATIVA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ATIPICIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos. Precedentes.

2. O reconhecimento da inexistência de justa causa para o exercício da ação penal, dada a suposta ausência de elementos de informação a demonstrarem a materialidade e a autoria delitivas, exige profundo exame do contexto probatórios dos autos, o que é inviável na via estreita do writ. Precedentes.

3. Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que o julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

4. A alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, de modo que viabilize a persecução penal e o contraditório pelo réu. Precedentes.

5. Hipótese em que a exordial acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, porquanto descreve a conduta atribuída ao recorrente - que ofereceu vantagem indevida a policiais para impedir que praticassem ato de ofício, bem como inovou artificialmente com o fim de produzir efeito em processo penal -, tendo havido a explicitação do liame entre os fatos descritos e o seu proceder, permitindo-lhe rechaçar os fundamentos acusatórios.

6. Recurso em habeas corpus não provido" (RHC n. 74.072/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 21/03/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. DECISÃO DESPROVIDA DE FUNDAMENTOS. QUESTÃO NÃO DECIDIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONHECIMENTO SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONTRABANDO NA REDAÇÃO ANTERIOR DO ART. 334 DO CÓDIGO PENAL E RECEPÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA E TRANCAMENTO POR ATIPICIDADE. IMPOSSIBILIDADE. CRIMES CONEXOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 122. SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO. APREENSÃO DO LIVRO RARO NAQUELE TERRITÓRIO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece da alegação de falta de fundamentos no recebimento da denúncia, sob pena de supressão de instância, se não foi a questão decidida no acórdão recorrido.

2. Devidamente descritos os fatos delituosos (indícios de autoria e materialidade), não há falar em inépcia da denúncia. 3. O habeas corpus não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta de justa causa (atipicidade), não relevada, primo oculi. Intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do writ. [...]

5. Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, não provido" (RHC n. 81.354/SP, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 11/05/2018, grifei).

Nesse sentido, ressalta-se, por necessário, que o trancamento da ação somente se justifica se configurada, de plano, por meio de prova pré-constituída, a total inviabilidade da persecução penal.

Assim, a liquidez dos fatos, cumpre ressaltar, constitui requisito

inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do **habeas corpus** ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de serem demonstrados de plano.

Com efeito, a d. Defesa arguiu: **a)** não ter sido narrado o nexo de causalidade com a intenção de prejudicar a Sra. Adrielly Cristina; e **b)** ausência de indícios de autoria, em especial, porque o paciente não estava ciente da inocência do imputado e o crime em comento não admite dolo superveniente, além de exigir que a imputação seja objetiva e subjetivamente falsa.

Ora, segundo a pacífica jurisprudência desta eg. Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente e a presença de indícios mínimos de autoria.

Não é exigida certeza, que, a toda evidência, somente será comprovada ou afastada durante a instrução probatória.

Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do **in dubio pro societate**.

No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, uma vez que o d. Ministério Público, em sua denúncia, indica que **o paciente supostamente teria realizado as condutas descritas no tipo penal em comento**, conforme se extrai da peça inaugural. É o que basta.

No mais, o acolhimento das teses defensivas demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fática e probatória, procedimento, a toda evidência, incompatível com a via do **habeas corpus** e do seu recurso ordinário.

Nesse sentido, julgados deste eg. Tribunal Superior:

*"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS
CORPUS. CRIME TRIBUTÁRIO. DELITO SOCIETÁRIO.
DENÚNCIA. DESCRIÇÃO DAS CONDUTAS INDIVIDUALIZADAS.
TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE.*

JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DECISÃO QUE RECEBEU A PEÇA ACUSATÓRIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXAURIENTE. ALEGADAS NULIDADES. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE 24. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

2. Se as instâncias ordinárias reconheceram, de forma motivada, que existem elementos de convicção a demonstrar a materialidade delitiva e autoria delitiva quanto à conduta descrita na peça acusatória, para infirmar tal conclusão seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do writ.

[...]

*9. Recurso desprovido" (RHC n. 85.177/SP, Quinta Turma, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 25/04/2018, grifei).*

"PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. DECISÃO DESPROVIDA DE FUNDAMENTOS. QUESTÃO NÃO DECIDIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONHECIMENTO SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONTRABANDO NA REDAÇÃO ANTERIOR DO ART. 334 DO CÓDIGO PENAL E RECEPÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA E TRANCAMENTO POR ATIPICIDADE. IMPOSSIBILIDADE. CRIMES CONEXOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 122. SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO. APREENSÃO DO LIVRO RARO NAQUELE TERRITÓRIO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece da alegação de falta de fundamentos no recebimento da denúncia, sob pena de supressão de instância, se não foi a questão decidida no acórdão recorrido.

2. Devidamente descritos os fatos delituosos (indícios de autoria e materialidade), não há falar em inépcia da denúncia.

3. O habeas corpus não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se

baseia em falta de justa causa (atipicidade), não relevada, primo oculi. Intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do writ.

[...]

5. Recurso conhecido em parte e, nesta extensão, não provido" (RHC n. 81.354/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a. Min.^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 11/05/2018, grifei).

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ART. 298, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS NÃO PROVIDO.

1. O trancamento do processo, no âmbito de habeas corpus, é medida excepcional, somente cabível quando demonstrada a absoluta ausência de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria (falta de justa causa), a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade.

2. O pretenso reconhecimento de inexistência de justa causa para o prosseguimento da ação penal - com fundamento na ausência de indícios de materialidade e autoria - demandaria o exame das provas eventualmente colhidas ao longo da instrução criminal, o que é inviável na via estreita da ação constitucional.

3. Recurso em habeas corpus não provido" (RHC n. 71.287/PA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 28/11/2017, grifei).

Verificadas, portanto, a regularidade formal da denúncia, bem assim a presença de indícios mínimos de autoria e provas da materialidade, inviabilizado está o trancamento da ação penal.

Por fim, a d. Defesa alega que a decisão de recebimento da denúncia, sem fundamentação adequada, ratificou a ilegalidade, razão pela qual deve ser anulada, **ex vi o art. 396-A do CPP**: "**Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário**".

Outrossim, **vale destacar o entendimento sedimentado nesta eg. Corte**, no sentido de que a decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396), bem assim aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não

demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR O DECISUM IMPUGNADO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO QUE RECEBE A DENÚNCIA. DESNECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

III - In casu, o Juízo de primeiro grau utilizou fundamentação sucinta, porém suficiente, para afastar as teses arguidas pela Defesa, destacando que "A denúncia é absolutamente clara em relação a todos os elementos do tipo penal, indicando os indícios de autoria e prova da materialidade e preenchendo os requisitos do art. 41 do C.P.P." e que "As demais questões aduzidas em defesa preliminar atinentes ao mérito, serão apreciadas em momento oportuno" (fl. 2.930).

Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 431.989/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJe de 24/05/2018, grifei).

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. SONEGAÇÃO FISCAL. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DESNECESSIDADE DE

MOTIVAÇÃO EXAURIENTE. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

5. No tocante à suposta ausência de fundamentação da decisão que recebeu a peça acusatória, tem-se que, em verdade, a decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

6. Hipótese em que a peça acusatória permite a deflagração da ação penal, uma vez que narrou fato típico, antijurídico e culpável, com a devida acuidade, suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas, viabilizando a aplicação da lei penal pelo órgão julgador e o exercício da ampla defesa e do contraditório pela defesa.

7. Recurso desprovido" (RHC n. 82.920/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 23/05/2018, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES FALIMENTARES. ALEGADA AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE RATIFICOU O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA APÓS A APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO. EXAME EXTEMPORÂNEO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO E DESNECESSIDADE DE EXTENSA FUNDAMENTAÇÃO. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. "A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório" (RHC 60.582/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016).

2. A prolação extemporânea da decisão de ratificação do recebimento da denúncia, não nulifica, por si só, o processo penal, pois, segundo a legislação penal em vigor, é imprescindível quando se trata de alegação de nulidade a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o

princípio pas de nullité sans grief, consagrado pelo legislador no art. 563 do CPP, o que, na hipótese, não ficou demonstrado, tendo em vista que todas as alegações apresentadas poderão ser examinadas na sentença.

3. Recurso ordinário em habeas corpus improvido" (RHC n. 90.590/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 30/05/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL E NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. NULIDADE DA DECISÃO QUE ANALISOU A RESPOSTA À ACUSAÇÃO POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXAURIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. A decisão que rejeita o pedido de absolvição sumária prescinde de fundamentação profunda ou exauriente, conforme precedentes deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental interposto por JOY EMERSON SANTIN não conhecido e agravo interposto por ROQUE FRIEDRICH TERNES improvido" (AgRg no REsp n. 1.587.263/MT, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 11/05/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. DECISÃO DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, PECULATO E CORRUPÇÃO PASSIVA. AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO. REVOLVIMENTO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. Não é imprescindível que o recebimento da denúncia, ou seja, aquela decisão proferida pelo juiz antes de citar os acusados, revista-se de fundamentação exauriente. Precedentes desta Corte.

2. Na espécie, a decisão de recebimento da denúncia houve-se com percuciência e condizente com o momento processual, fazendo expressa referência à presença dos requisitos mínimos na peça acusatória, bem como rechaçando a incidência das hipóteses do art. 395 do CPP. [...]

5. Recurso ordinário não provido" (RHC n. 80.667/MS, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 13/11/2017, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

No caso sob exame, a decisão que recebeu a denúncia apontou a existência de indícios mínimos de autoria e provas da materialidade, **claro, contidos nos requisitos do art. 41 do CPP**, necessários para a persecução penal, **ao confirmar também não ser o caso de rejeição sumária**, nos termos do art. 395 do Código de Processo Penal (fl. 44). Não se verifica, portanto, qualquer constrangimento ilegal, **embora a decisão de recebimento da denúncia seja sucinta, é suficiente e adequada à finalidade do ato**, não adentrando o mérito da causa antes da instrução.

Ante o exposto, **não conheço do presente habeas corpus.**

P. I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator